

*LS*

6ª COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS SOCIAIS E CIDADANIA

RELATÓRIOS DE ACTIVIDADES de 2015 DAS COMISSÕES DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE LISBOA

Por determinação da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, ouvida a Conferência de Representantes, desceram a esta Comissão Permanente, os Relatórios de Actividades das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) relativos ao ano de 2015, para apreciação e emissão de Parecer.

I – Considerandos

O modelo de protecção de crianças e jovens em risco, em vigor desde Janeiro de 2001, apela à participação activa da comunidade, numa relação de parceria com o Estado, concretizada nas Comissões de Protecção de Crianças e Jovens de âmbito local e na Comissão Nacional de Protecção da Criança e Jovem em Risco, capazes de estimular as energias locais potenciadoras de estabelecimento de redes de desenvolvimento social.

As Comissões de Protecção foram criadas em sequência do Decreto-Lei n.º 189/91 de 17MAI, com reformulação nos termos do diploma legal de Promoção e Protecção, aprovado pela Lei nº 147/99 de 1SET, actualizada e republicada pela Lei n.º 142/2015 de 8SET, regulamentada esta pelos Decretos-Lei, n.º 332-B/2000 de 30DEZ e n.º 189/91 de 17MAI.

Neste conjunto legislativo se definem as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ's) como instituições oficiais não judiciárias com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações susceptíveis de afectar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.

Entende-se que a criança ou o jovem está em perigo quando, designadamente, se encontra numa das seguintes situações:

- Está abandonada ou vive entregue a si própria;
- Sofre maus-tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal;
- É obrigada a actividade ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- Está sujeita, de forma directa ou indirecta, a comportamentos que afectem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;
- Assume comportamentos ou se entrega a actividades ou consumos que afectem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de factos lhes oponham de modo adequado a remover essa situação;
- Apresenta marcado absentismo escolar.

A intervenção das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens tem lugar quando não seja possível às entidades com competência em matéria de infância e juventude, actuar de forma adequada e suficiente a remover o perigo em que se encontram.

Nos termos da referida legislação, a Comissão de Protecção funciona em coexistência modalidade alargada e/ou restrita.

À comissão alargada compete desenvolver acções de promoção dos direitos e de prevenção das situações de perigo para a criança e jovem, nomeadamente:

- Informar a comunidade sobre os direitos da criança e do jovem e sensibilizá-la para os apoiar sempre que estes conheçam especiais dificuldades;
- Promover acções e colaborar com as entidades competentes tendo em vista a detecção dos factos e situações que afectem os direitos e interesses da criança e do jovem;
- Colaborar com as entidades competentes no estudo e elaboração de projectos inovadores no domínio da prevenção primária dos factores de risco, bem como na constituição e funcionamento de uma rede de respostas sociais adequadas.

À comissão restrita compete intervir nas situações em que uma criança ou vem está em perigo, nomeadamente:

- Atender e informar as pessoas que se dirigem à comissão de protecção;
- Apreciar liminarmente as situações de que a comissão de protecção tenha conhecimento,
- Proceder à instrução dos processos;
- Decidir a aplicação e acompanhar e rever as medidas de promoção e protecção, com excepção da medida de confiança a pessoa seleccionada para a adopção ou instituição com vista a futura adopção.

A Comissão de protecção na sua modalidade alargada integra:

- Um representante do município;
- Um representante da segurança social;
- Um representante dos serviços do Ministério da Educação;
- Um médico, em representação dos serviços de saúde;
- Um representante das instituições particulares de solidariedade social ou de outras organizações não-governamentais que desenvolvam, na área de competência territorial da comissão de protecção, actividades

de carácter não institucional, em meio natural de vida, destinadas a crianças e jovens;

- Um representante das instituições particulares de solidariedade social ou de outras organizações não-governamentais que desenvolvam, na área de competência territorial da comissão de protecção, actividades em regime de colocação institucional de crianças e jovens;
- Um representante das associações de pais;
- Um representante das associações ou outras organizações privadas que desenvolvam, actividades desportivas, culturais ou recreativas destinadas a crianças e jovens;
- Um representante das associações de jovens ou um representante dos serviços de juventude;
- Um ou dois representantes das forças de segurança, conforme na área de competência territorial da comissão de protecção existam apenas a Guarda Nacional Republicana ou a Polícia de Segurança Pública, ou ambas;
- Quatro cidadãos designados pelas Assembleias de Freguesias de entre os eleitores, preferencialmente com especiais conhecimentos ou capacidades para intervir na área das crianças e jovens em perigo.
- Os técnicos que venham a ser cooptados pela Comissão, com formação, designadamente, em serviço social, psicologia, saúde ou direito, ou cidadãos com especial interesse pelos problemas da infância e juventude.

A comissão restrita é composta sempre por um número ímpar, nunca inferior a 5 dos membros que integram a comissão alargada, sendo membros por inerência o presidente e os representantes do município e da Segurança Social.

As Comissões de protecção são acompanhadas, apoiadas e avaliadas pela Comissão Nacional de Protecção da Criança e do Jovem em Risco, criada pelo Decreto - Lei n.º 98/98, de 18ABR.

A esta Comissão Nacional é cometida a planificação da intervenção do Estado e a coordenação, acompanhamento e avaliação da acção dos organismos públicos e da comunidade na protecção de crianças e jovens em risco.

As instalações e os meios materiais de apoio, nomeadamente um fundo de maneiio como sejam necessários ao funcionamento das Comissões de Protecção são assegurados pelo Município, podendo, para o efeito, ser celebrados Protocolos de Cooperação com os serviços do Estado representados na Comissão Nacional de Protecção da Crianças e do Jovem em Risco.

As autoridades administrativas e as entidades policiais têm o dever de colaborar com as Comissões de Protecção no exercício das suas atribuições, incumbindo o dever de colaboração igualmente às pessoas singulares e colectivas que para tal sejam solicitadas.

As funções dos membros da Comissão, no âmbito da sua competência, têm carácter prioritário relativamente às que exercem nos respetivos serviços.

II – Enquadramento

1. Nos termos da alínea j) do n.º 1 do Artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Assembleia Municipal ***tomar posição perante quaisquer órgãos do Estado ou entidades públicas sobre assuntos de interesse para o município***, sem prejuízo das demais competências legalmente previstas;
2. Ouvidas as Presidentes das CPCJ's após remessa à Assembleia Municipal dos competentes e respectivos Relatórios dos Planos de Actividades no ano de 2015 e ouvido também o Sr. Presidente da Comissão Nacional de Protecção, pode concluir-se o seguinte:

- a. Continua a faltar pessoal técnico dedicado a tempo inteiro, nomeadamente juristas;
- b. A rotatividade constante de técnicos e, como é frequente, a retirada desses técnicos pelas Instituições participantes, tem implicações muito negativas nos processos de formação;
- c. O volume de trabalho tem aumentado anualmente de forma relevante e, conseqüentemente, o número de processos confiados a cada técnico, com grande dificuldade de gestão expedita;
- d. Incremento significativo de situações de urgência/emergência;
- e. Condições logísticas muitas vezes insatisfatórias ou insuficientes;
- f. Modelo de funcionamento das Comissões a carecer de ponderação e maior desenvolvimento.

III – Opinião dos Subscritores do Relatório

Segundo os dados obtidos, como constantes do Relatório Anual de Avaliação da Actividade das CPCJ's de Lisboa, o volume processual global crescente, reflexo do aumento significativo das situações de urgência, a falta permanente de técnicos ou a sua rotatividade ou afectação a tempo limitado, contribuem para o agravar das dificuldades gerais de funcionamento.

Acresce a falta de recursos técnicos qualificados, nomeadamente juristas, situação que se prevê porém resolvida durante os anos corrente e próximo, através de Contratos Inter-administrativos celebrados pela Câmara Municipal de Lisboa em delegação de competências nas Freguesias de Arroios (Lisboa Centro), Campo de Ourique (Lisboa Ocidental), Carnide (Lisboa Norte) e Marvila (Lisboa Oriental), com verbas adicionais para contemplar o apoio jurídico às CPCJ's de Lisboa.

As CPCJ's atravessam um momento particularmente complexo, sendo determinante, como forma de assegurar o seu melhor funcionamento que se verifiquem condições de estabilidade na afectação de recursos humanos, permitindo o desenvolvimento de um trabalho que se reputa de elevado relevo e mesmo insubstituível na protecção das crianças e jovens em perigo, na cidade de Lisboa

IV – Conclusões

Analizados os Relatórios de Actividades das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens de Lisboa relativos ao ano de 2015, a Comissão de Direitos Sociais e Cidadania da Assembleia Municipal de Lisboa congratula as respectivas Presidentes pela qualidade do trabalho desenvolvido em circunstâncias reconhecidamente difíceis e muito clara dedicação ao bem estar das crianças e jovens da cidade de Lisboa.

V – Recomendações

Tendo presente o teor deste Parecer, a 6.ª Comissão delibera recomendar à Câmara Municipal que:

1. Promova com periodicidade anual, um Simpósio sobre a magna questão da protecção das crianças e jovens em risco em Lisboa, congregando as entidades e instituições intervenientes no processo de funcionamento das CPCJ's, incluindo a Assembleia Municipal de Lisboa e a Comissão Nacional de Protecção da Criança e do Jovem em Risco;
2. Analise, inclusivamente pelo exercício do seu magistério de influência junto do Governo, a possibilidade de fazer evoluir o modelo de funcionamento, das Comissões de Protecção para um sistema de núcleo constitutivo fixo, multidisciplinar e inter-institucional, com técnicos em número proporcional ao volume processual,

mantendo embora a forma de parceria social e a rotatividade da responsabilidade de gestão;

3. Verifique a equitatividade e a segurança das instalações de cada uma das Comissões de Protecção de Lisboa, para condições óptimas de tratamento das crianças e jovens;
4. Pondere o alargamento às restantes Freguesias de Lisboa, da capacidade de apoio logístico às CPCJ's actuando na respectiva área administrativa.

VI – Opinião das forças políticas

As forças políticas representadas na Comissão, reservam para Plenário a expressão do seu sentido de voto.

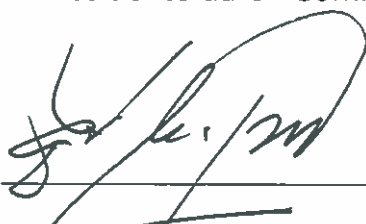
VII – Anexos

Os signatários consideraram desnecessária a junção ao presente Parecer de elementos documentais adicionais, nem tal foi solicitado por qualquer Deputado ou Grupo Municipal.

Este Relatório foi APROVADO por **Unanimidade** dos membros presentes da 6ª Comissão Permanente.

Assembleia Municipal de Lisboa, em 28 de Outubro de 2016

O Presidente da 6ª Comissão



João de Magalhães Pereira

A Deputada Relatora

Sofia Oliveira Dias